

Abecedário

Abecedário

AGENDA 2000

Nome dado à proposta da Comissão Europeia relativa ao quadro orçamental comunitário para o período entre 1999-2006 e na perspectiva de um novo e amplo alargamento da União Europeia. A ela estão associadas as reformas dos fundos estruturais e da Política Agrícola Comum. Tal como apresentada, contemplava graves cortes nas despesas com as acções estruturais e conduziu a uma proposta posterior de renacionalização dos custos da PAC. Tratava-se, de uma má proposta, que acarretaria, a ser concretizada, particulares desvantagens para Portugal. Suscitou, por isso mesmo, severas críticas da parte dos deputados do PCP. Que além disso, cedo se preocuparam em que o seu conteúdo fosse amplamente divulgado, tendo por isso enviado, logo no início de 1998, as propostas de novos regulamentos para os fundos a centenas de municípios e associações.

ALDEIADÁVILA

Os deputados do PCP não precisaram de ir de helicóptero ver o Douro raiano, como o fizeram Marcelo Rebelo de Sousa e Carlos Pimenta, mais uma equipa de jornalistas.

Quinze dias antes já lá tinham estado, numa manifestação que protestava contra a pretensão do Governo de Aznar de construir um depósito de resíduos nucleares do outro lado do rio, comprometendo o futuro do Douro e de toda a economia criada ao longo dele. Aí não estava nenhum outro eurodeputado ou eleito por Bragança, e a Comunicação Social fez ouvidos de mercador sobre o que o PCP disse e a multidão aplaudiu. E onde se deu nota de uma intervenção junto da Comissão Europeia que confirmou, apenas, não existirem projectos de construção do depósito a curto prazo...

O que significa que continuaremos atentos e a chamar a atenção dos interessados.

ALQUEVA

Os deputados do PCP acompanharam a par e passo o processo que, após múltiplas dificuldades, conduziu à inscrição do empreendimento de Alqueva no Quadro Comunitário de Apoio. Ainda na legislatura anterior reuniram com o comissário Bruce Milan e concretizaram várias outras iniciativas. Na presente legislatura continuaram a trabalhar na mesma direcção e, entre outras acções, inscreveram esta problemática como a questão central da "Embaixada do Alentejo" que se deslocou a Estrasburgo.

AMBIENTE

Uma área de extrema importância, em que as acrescidas competências que a União Europeia detém não podem deixar de implicar uma abordagem cuidadosa deste sector. A rapidez de execução das directrizes económicas e financeiras, deixa o ambiente, a par das questões sociais, em segundo plano. Portugal, aliás, destaca-se na lentidão de aplicação de padrões ambientais mais rigorosos. Na sua acção, os deputados do PCP têm posto em evidência estes aspectos, ao mesmo tempo que alertam para as consequências nefastas que podem implicar as tentativas de aplicação de parâmetros e princípios que não têm em consideração as significativas diferenças de desenvolvimento entre os países da UE.

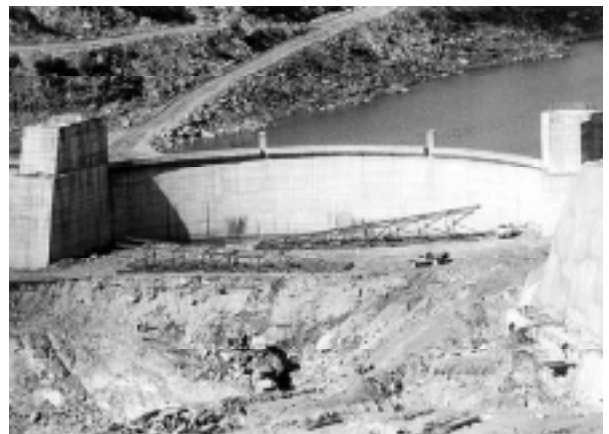
ANGOLA

A situação em Angola mereceu um acompanhamento permanente por parte dos deputados do PCP. O sentido das múltiplas resoluções aprovadas pelo PE e pela Assembleia Paritária ACP/UE, geralmente favoráveis ao governo de Angola e ao MPLA e condenatórias da UNITA, foi muitas vezes influenciada pelas suas posições. Ainda recentemente, ao nível da referida Assembleia Paritária, a intervenção do deputado Joaquim Miranda se revelou determinante para a rejeição de uma proposta pela qual se pretendia dirigir um convite à UNITA com vista a assegurar a sua participação numa sessão plenária da mesma.

AZEITE

Bragança, Castelo Branco, Fundão, Malpica do Tejo, Mirandela, Moura, Serpa, Vila Flor são alguns dos locais onde contactámos com produtores, cooperativas e lagares, enquanto se discutia a proposta política do PE sobre a reforma do sector. Acompanhados, em muitos deles, por Salvador Jové, deputado espanhol do nosso grupo e relator.

Resultado final: o PE rejeita as propostas da Comissão de apoio por oliveira – mesmo que não produzisse



azeite –, defende a manutenção dos apoios à pequena produção, a defesa integral do Plano de Desenvolvimento do Olival Português e proíbe as misturas (aspectos que o Governo PS deixa cair em Conselho); propõe, por sugestão do PCP, a inclusão de apoios à azeitona de mesa e o aumento da quota de produção nacional (depois aprovados no Conselho).

BANANA

A UE privilegia a banana da Madeira, das Canárias e dos países pobres de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Os Estados Unidos e as transnacionais de banana, querem que a chamada “banana dólar” (Chiquita e outras) entre sem restrições no mercado europeu.

A CE aceita a pressão e altera o regime, aumentando a importação da “banana dólar”, mas mantendo as ajudas – embora parcas – à banana da Madeira e dos países ACP. O país mais proteccionista da sua agricultura, i. é., os EUA, não se contenta com isto. Faz nova “reclamação” à OMC, não espera pela decisão e ameaça colocar taxas alfandegárias de 100% a uma série de produtos da UE, entre os quais têxteis. Na prática impede o acesso destes produtos ao mercado americano.

Como se previu, a Comissão anuiu. A banana da Madeira pode estar ameaçada e com ela alguns milhares de produtores pobres daquela ilha.

BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

As actividades ilegais e criminosas, como o tráfico de drogas e de armas, sujam o dinheiro. Estão já entre as que mais capital financeiro acumulam. É preciso lavá-lo, branqueá-lo, isto é, introduzir nos circuitos normais. A transição para o euro poderá ser uma enorme operação de lavagem de dinheiro sujo. O PCP, em Portugal e no PE, e o Grupo tomaram iniciativas muito importantes no sentido da denúncia do problema e da necessidade de medidas. Realizaram-se em Lisboa e em Bruxelas, reuniões de alto nível com a participação de especialistas na matéria e representantes das principais instituições envolvidas na luta ao branqueamento de capitais, como as Nações Unidas e o Conselho da Europa.

CATÁSTROFES

Sempre que as circunstâncias a isso levaram, os deputados do PCP usaram da tribuna do hemiciclo de Estrasburgo para fazer eco de problemas e acidentes graves ocorridos em Portugal. Quando tal se revelou necessário usaram das suas prerrogativas institucionais para promover a aprovação de resoluções de solidariedade e de apelo ao desbloqueio de apoios comunitários para ajudar a fazer face a diferentes catástrofes e acidentes. Foi assim, por exemplo, por ocasião das cheias no Alentejo, das avalanches nos Açores e do incêndio que destruiu o edifício da Câmara Municipal de Lisboa.

CENSURA

Mesmo antes da sua demissão, a Comissão atravessou momentos difíceis, na presente legislatura. Em duas ocasiões foram apresentadas propostas de censura: uma primeira, a propósito da sua incorrecta gestão do dossier da BSE (vacas loucas); uma segunda vez, em virtude de comprovadas situações de fraude, corrupção e nepotismo. Se relativamente ao caso da BSE foram mais de uma centena os deputados que votaram favoravelmente essa censura, relativamente à segunda situação formam já mais de duas centenas os que o fizeram, aproximando-se bastante dos que a rejeitaram (entre os quais se contaram os deputados do PS, PSD e PP). Os deputados do PCP votaram favoravelmente as duas propostas de censura.

CONSTRUÇÃO NAVAL

O acordo da OCDE para a liberalização do sector (deveria) implicar todos os países. A UE aprovou o acordo em 1994 e implementou-o. O PCP denunciou-o e às suas consequências, hoje bem visíveis no sector em Portugal. Outros subscritores nunca o fizeram e continuam a manter políticas económicas de protecção a este sector – com especial destaque para os EUA e para a Coreia do Sul.

A recente crise na Ásia fez com que as condições de concorrência se degradassem ainda mais com consequências imprevisíveis para a UE e Portugal. O PCP, em sintonia com as preocupações expressas pelos representantes do sector, interveio por diversas vezes nesta legislatura, em debates parlamentares e através de questões à Comissão, exigindo e apoiando derrogações da possibilidade de manter certos apoios comunitários, defendendo o respectivo alargamento, e exigindo a denúncia do acordo de 1994.



CONTROLO DEMOCRÁTICO

É particularmente manifesta a ausência de um efectivo controlo democrático da Comissão Europeia. Tanto mais porque detém poderes legislativos (iniciativa) e executivos. O reforço dos poderes do PE neste domínio apresenta-se, por isso, necessário. Mas igualmente indispensável é o reforço da associação dos Parlamentos Nacionais ao processo de decisão comunitário: nomeadamente por forma a acompanharem os respectivos

governos enquanto partes fundamentais do processo legislativo e como instrumento insubstituível na associação dos cidadãos ao processo de decisão comunitário.

DESEMPREGO

O desemprego é a “febre” de uma doença que atacou a economia por não aproveitar os recursos e, antes de todos, o humano, meio e fim da economia. “Esta” é a Europa do desemprego porque o desemprego é variável estratégica do capitalismo. Mas também é a Europa da precarização e da instabilidade do emprego. As estatísticas não enganam mas não dizem tudo e muita coisa escondem. Os eleitos do PCP em todas as oportunidades denunciam e procuram ir ao encontro da causa das doenças.

Durante esta legislatura estiveram intensamente envolvidos em importantes iniciativas, como as duas Convenções pelo Pleno Emprego ou a elaboração do Apelo do GUE/NGL sobre o emprego. Noutra plano, os deputados comunistas têm-se batido porque todos os processos orçamentais contenham orientações financeiras que, além de combater o desemprego, contribuam para criar novos empregos.



DESLOCALIZAÇÕES

As deslocalizações são um fenómeno que as condições tecnológicas e a livre/libertina circulação de capitais criaram condições para se desenvolver. Um simples fax pode levar empresas que, num local, aproveitaram auxílios e fundos para outro lugar onde o (pouco) capital investido beneficie de mais auxílios e fundos. É o capital beduíno e há exemplos chocantes em Portugal que denunciámos no PE (Samsung, Nestlé, Renault, Grundig, etc.).

DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos são, apenas, os direitos dos cidadãos a ter partido e a poder votar, a ter propriedades e um Estado para dar segurança? E o direito ao trabalho?, e à saúde?, e à educação?, e à igualdade de tratamento?, e à vida, digna e não hipotecada aos mecanismos da exploração? E o direito à indignação, à resistência e à revolta? Eis um conceito não exportável mas com fundamentos universais que os eleitos do PCP não deixam cobrir com o manto hipócrita da demagogia.

EMIGRANTES

O PE aprovou o relatório de Sérgio Ribeiro sobre o direito de os trabalhadores em situação de pré-reforma poderem passar a residir num outro Estado-membro, que não o Estado competente, guardando o direito à transferência dessa prestação.

Atentos às diferenças entre as intenções e a realidade, os deputados do PCP foram incansáveis a chamar a atenção para a secundarização da livre circulação de pessoas no espaço comunitário em relação à livre circulação de capitais e mercadorias; a evidenciar a não aplicação de directivas comunitárias neste domínio e na denúncia de casos concretos de tratamento discriminatório sofrido por cidadãos portugueses em vários Estados membros.

EURO

O Euro é a moeda única que já circula, embora apenas em cheques, em 11 Estados-membros e que, a partir de 2002 substituirá as notas e moedas desses 11 Países. É um instrumento. Foi um pretexto para impor uma política. Está na origem da criação de um Banco Central Europeu. Como instrumento, e pelos mecanismos criados, é um passo não explícito mas decisivo para uma Europa federal, a fugir ao controlo democrático que reside nos Estados-nações.



EXCLUSÃO SOCIAL

Em diferentes ocasiões os deputados do PCP pronunciaram-se contra a realização de poupanças à custa da protecção social e da sua sujeição ao cumprimento dos critérios de convergência nominal e do pacto de estabilidade defendendo a modernização do “modelo social europeu” assente na solidariedade e na protecção dos cidadãos contra a crescente exclusão social.

EXPO-98

Por proposta dos deputados do PCP foi aprovada uma alteração ao Orçamento Comunitário que garantiu uma verba de 300 mil euros (cerca de 60 mil contos) para assegurar a participação do Parlamento Europeu no pavilhão da União Europeia no recinto da Expo e, desta forma, contribuir para dignificar o certame.



FLEXIBILIDADE

Os deputados do PCP defenderam que a modernização da organização do trabalho não pode ser exclusivamente encarada na perspectiva da competitividade e que as suas consequências sociais têm de ser tidas em prioritária consideração.

FLORESTA

Fizemos aprovar diversas alterações orçamentais por forma a que diferentes medidas de prevenção e meios de combate ao fogo em zonas de alto risco de incêndios pudessem ser financiadas ao nível comunitário. Permittimos também que as autarquias possam ter um acesso específico a esse financiamento.



FOZ CÔA

A descoberta de desenhos rupestres no vale do rio Côa levantou a interessante questão da compatibilização da preservação do que tem importância histórica e mundial e a concretização de obras que, sendo de interesse

económico, podem destruir património cultural da humanidade. No Parlamento Europeu, os deputados do PCP contribuíram, com perguntas e intervenções, para uma solução equilibrada mas não ambígua nem de falsos compromissos.

G7

É a reunião periódica, embora sem prazo certo, dos países “mais ricos do mundo”. Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido. Às vezes, são 8 (G8!), por se incluir a Rússia, não tanto pelo seu poder económico real, mas pela sua importância político-estratégica e pelas suas potencialidades não totalmente destruídas. É uma das estruturas informais que discute e decide sobre o futuro do mundo... capitalista. Se é que tem futuro!..

GLOBALIZAÇÃO

A globalização é, por um lado, um fenómeno objectivo derivado da internacionalização. Por outro lado, tal como se está concretizando é uma resposta capitalista e é, como tal, uma grande mistificação ideológica. O Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) foi um acordo concebido no seio da OCDE que fazia com que tudo ficasse “às ordens” dos investidores sem qualquer controlo democrático ao nível dos Estados. Foi uma acção global, em que o PE teve papel relevante, que denunciou e travou essa ameaça. Escrevemos “travou”... porque “eles” não desistiram!

GRUPO GUE/NGL

Os deputados do PCP integram o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu. Este Grupo político integra 34 deputados de 8 países da UE: Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Reino Unido, Suécia e Portugal, de 11 formações políticas. Na sua intervenção política, o Grupo tem defendido a necessidade de um novo rumo para a construção europeia.



HORMONAS

A carne produzida com as ditas não pode ser importada na UE. Só que nos EUA e noutros grandes produtores mundiais a engorda rápida dos animais é feita à base destes produtos. O perigo para a saúde pública e para o aparecimento de novas “vacas loucas” são evidentes, os lucros (para a agro indústria americana e a indústria farmacêutica), também.

A Comissão Europeia dá mostras de cedência perante este lobbies. Os interesses associados à “banana dólar” comparados com os das hormonas são uma brincadeira de criança... E se houver dúvidas, lá estará a OMC para decidir. Imparcialmente, é claro, que o mercado livre, a saúde dos consumidores e as raças autóctones portuguesas não são matéria que caia no âmbito da Organização Mundial do Comércio...



IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A igualdade de oportunidades para mulheres e homens é uma das modernas palavras de ordem. Que adoptámos no PE e em relação à qual temos sido consequentes. O combate contra a discriminação social baseada no sexo, no respeito pelas diferenças – e felizmente que as há – tem sido dos mais significativos que se tem prosseguido. O caso do BCP ilustra esse combate e revela, também, como em Bruxelas e Estrasburgo tudo o que os deputados portugueses façam tem – ou deve ter – a ver com Portugal e os portugueses e, obviamente, as portuguesas!

IRREGULARIDADES

Elas têm-se revelado inúmeras e de natureza diversa. Nas instituições e fora delas. Com particular gravidade no âmbito da gestão dos dinheiros públicos, aos níveis nacional e comunitário. As atenções concentraram-se particularmente e durante muito tempo nas irregularidades na concretização de certas políticas ao nível nacional (PAC, Fundo Social Europeu); as irregularidades cometidas pela Comissão Europeia têm particularmente suscitado atenção nos últimos tempos.

LUSOFONIA

A propósito do novo alargamento que se desenha tem-se assistido a uma forte pressão com vista a uma nova revisão institucional que inclua, entre outros aspectos, a consagração das “línguas de trabalho”. Forma enviesada de falar de uma limitação à utilização, em plano de igualdade, de todas as línguas oficiais dos Estados-membros. Os deputados do PCP têm-se oposto firmemente a uma tal intenção e continuarão no futuro a bater-se por que o português seja tratado sem a mínima discriminação. E têm-no feito, nomeadamente, em situações em que alguns – contrariando mesmo o Tratado da EU – pretendem já fazer adoptar formas de concretização prática do que ainda não está aprovado. E se espera que o não será...

Outros – comissário e alguns deputados – não poderão dizer o mesmo. Levados por um deslumbramento algo provinciano não perdem nenhuma oportunidade para exhibir os seus dotes políglotas, mesmo quando há serviços de interpretação à disposição. Uma atitude pretenciosa e irresponsável que se pode vir a pagar caro.



MARROCOS

O acordo de pescas UE/Marrocos de 1995 termina no final deste ano e este país tem afirmado que não haverá renovação.

O PCP foi o único partido português presente numa delegação parlamentar do PE que em Dezembro de 1998 discutiu com o Governo e o sector pesqueiro marroquinos os termos de um futuro acordo com a UE.

O PCP defende que as espécies que capturamos em Marrocos – no fundamental peixe espada, que apenas interessa ao nosso país – a pequena dimensão e características da nossa frota devem ser consideradas pelas autoridades marroquinas e contempladas após 1999. Para além deste acordo, o PCP exige que negociações bilaterais entre os dois países sejam implementadas por forma a sustentar a frota portuguesa que opera naquelas águas.

O estabelecimento de sociedades mistas ou a deslocação da frota para a Mauritânia são soluções muito pouco viáveis por razões técnicas, administrativas e financeiras. A perspectiva de novos abates é inaceitável.

METRO DO PORTO

Reclamação do concurso de construção do Metro do Porto, em tudo idêntico aquela que já tinha sido rejeitada pela instância nacional competente. Obras mais uma vez adiadas. Há cerca de dez anos que a população do Grande Porto espera e desespera pelo Metro.

A reclamação à CE arrasta-se, os meses passam. As perguntas do PCP sobre a urgência de tomar uma decisão acompanham esses meses de dúvida, em que o espectro de reinício do processo paira e o desespero dos portuenses aumenta.

A pressão é coroada de êxito e o PCP divulga em Junho de 98 que a CE irá arquivar a reclamação. Fernando Gomes e João Cravinho não sabiam de nada, muito menos os restantes eurodeputados portugueses... Depois, vêm reconhecer o óbvio.

MIGRAÇÕES

Os deputados do PCP sempre intervieram pela concretização do direito de liberdade de circulação para os cidadãos dos Estados-membros e contra a tentativa de instauração de uma “Europa-fortaleza” com carácter restritivo e sem atender às situações particulares vividas nos Estados-membros.



MULHER

Para a concretização do conceito de “salário igual para trabalho de igual valor”, os deputados do PCP propuseram a revalorização das profissões feminizadas, onde se encontram os salários mais baixos) e a previsão de sanções que assegurem a sua aplicação concreta. Conseguiu-se ainda a inclusão no orçamento comunitário de uma verba destinada a financiar uma campanha europeia de luta contra a violência exercida sobre as mulheres. Para fazer face aos problemas com que as mães solteiras se deparam, foi também aprovada uma proposta do PCP que preconiza que os sistemas de segurança social apoiem as famílias monoparentais em situação economicamente difícil.

NEPOTISMO

O Parlamento pôs a nú aquilo que os peritos acabariam por confirmar: o nepotismo prolifera(va) em várias instâncias da Comissão Europeia e era moeda de troca corrente nos contratos estabelecidos com empresas privadas externas: a sobejamente conhecida fórmula «empregas o meu parente, ajudo-te a obter um contrato»... Uma prática abusiva e despidorada que alguns tentaram justificar com as diferentes «culturas administrativas» existentes no seio da União. Houve quem contribuísse para também aqui manter Portugal no pelotão da frente: apesar de ter ficado ilibado da prática de irregularidades, o Comissário Deus Pinheiro sofreu uma forte admoestação por colocar familiares próximos no seu gabinete.

ORÇAMENTO

O Orçamento comunitário atinge hoje cerca de 1,13% do PNB comunitário, ou seja, pouco menos de vinte mil milhões de contos. A fatia mais importante – quase metade – destina-se à PAC. Seguem-se-lhe as Acções Estruturais, com um pouco mais de um quarto daquela montante global.

Não sendo um montante despidendo é, ainda assim, insuficiente para fazer face às competências transferidas pelos Estados-membros para o nível comunitário e que se revela particularmente incapaz de assegurar a justiça redistributiva e, em especial, a coesão económica e social e o combate ao desemprego. Em especial, este nível orçamental é incompatível com o novo alargamento que se perspectiva.

Sendo esta uma competência particular do PE, e para mais tratando-se do domínio em que o parlamento dispõe de poderes efectivos, os deputados do PCP investem neste domínio uma parcela significativa dos esforços. Um trabalho que tem dado frutos e granjeado reconhecimento, nomeadamente na atribuição a um deputado do PCP da responsabilidade de participar na elaboração do orçamento de 1996. Facto tanto mais importante se se tiver em conta que foi o primeiro e único deputado português a ver-lhe ser atribuída essa tarefa desde a entrada do nosso país para a CEE, em 1986!



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Organizar o trabalho é adequar a maneira como se emprega a força de trabalho às novas condições tecnológicas e sociais. A Comissão até arranhou um “pilar” nas suas grandes linhas para o emprego, o da “adaptabilidade”. Trata-se de uma questão social maior. A organização do trabalho tem uma marca de classe. Os deputados do PCP procuraram evitar que fosse uma maneira de ainda mais precarizar o emprego e torná-lo mais inseguro, e contra-atacar por forma a que também (!) os trabalhadores beneficiem das novas condições por forma a que beneficie a organização do trabalho... e da vida.

PACTO DE ESTABILIDADE

Baptizado como Pacto de Estabilidade e de Crescimento é a continuidade dos critérios de convergência nominal, ainda mais exigente e aplicando multas aos Estados-membros que o não cumprirem, multas que terão o destino de “ajudar” os países “bem comportados” de acordo com o Pacto, e não os países que, por terem tido dificuldades, não cumpriram as normas de fundamentalista rigor financeiro. É um dos nossos “inimigos”!

PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

Fizemos aprovar uma alteração ao Orçamento Comunitário em 1997, com o objectivo de assegurar que o programa Raphael passasse a financiar os custos de conservação e manutenção do património cultural das cidades consideradas património da humanidade pela Unesco. Garantimos assim verbas suplementares para Angra do Heroísmo, Évora, Porto e Sintra.



PESCAS – CONTROLE

Um relatório elaborado pelo PCP foi aprovado por quase unanimidade. Nele se defende a participação alargada dos pescadores nas decisões, a independência e alargamento do âmbito da investigação sobre o estado dos recursos, orçamentos capazes de suportar toda a política de pescas – incluindo compensações por dimi-

nuição de rendimentos; nele se exige que certos países cumpram compromissos de redução de esforço de pesca, a equidade e transparência no controle das capturas e no transporte e comercialização de pescado (incluindo os juvenis, as frotas de países terceiros e os diversos mares onde se opera); nele se defende a proibição de importações que não respeitem as condições sanitárias, sociais e ambientais europeias, bem como se exige o reforço e melhor e mais uniforme preparação dos recursos humanos afectos ao controle e fiscalização.



PESCAS – 12/24 MILHAS

A Política Comum será revista até 2002. Perspektivase a abertura do mar territorial das 12 milhas a barcos de outros países.

O PE aprovou uma resolução política sobre o futuro desta política comum. Os deputados do PCP apresentaram alternativas e propuseram que as doze milhas permanecessem sob soberania dos Estados-membros. A proposta foi aprovada apesar de todos os outros deputados portugueses se terem esquecido desta questão determinante para Portugal.

Mas o PCP conseguiu ainda mais. Fez aprovar uma outra proposta em que se reafirma a manutenção das doze milhas e se defende o alargamento do mar territorial até às 24 milhas.

Se o Governo Português quiser e souber aproveitar esta nova posição política do PE, 80% da nossa frota terá onde pescar sem interferências. O futuro do sector poderá estar assim assegurado.

PORTOS MARÍTIMOS

O PE considerou que apenas deveriam ser considerados elegíveis para a construção de pontos de interconexão de transportes intermodais de ligação às principais vias da rede transeuropeia de transportes (RTE) os portos marítimos com movimento anual de mercadorias superior a 1,5 milhões de toneladas. O PCP opôs-se e votou contra este critério que deixa de fora diversos portos marítimos portugueses, entre os quais o de Ponta Delgada. Os restantes partidos aprovaram.

QUESTOR

É um lugar de eleição. Com o presidente e os 14 vice-presidentes, há 5 deputados que são eleitos em plenário, por maioria absoluta, sendo os 20 a Mesa do Parlamento, que é o órgão institucional que dirige o PE. Os questores formam o Colégio dos ditos e têm a tarefa de fazer “ponte” com a Administração como margem política dessa “ponte”, tratando de tudo que tem a ver com a actividade de 626 eleitos vindos de 15 países diferentes. Esta legislatura, o PCP teve um questor. Na primeira metade do mandato foi eleito à 3a. volta e como o 5o. questor e na segunda metade foi eleito à 1a. volta e como 2o. questor.

RECURSOS PRÓPRIOS

Chama-se assim, em geral, aos montante transferidos pelos Estados-membros para o Orçamento da União Europeia, ou seja, ao conjunto das receitas comunitárias. São constituídos, fundamentalmente, tendo como base o IVA arrecadado e o PNB de cada país. A estes acrescentam-se ainda alguns montantes transferidos com base em certos direitos aduaneiros. Os deputados do PCP têm sistematicamente defendido que as contribuições dos Estados para o Orçamento comunitário deverão ocorrer tendo em particular atenção o nível de riqueza relativa dos mesmos; e, conseqüentemente, insistem em que as mesmas sejam essencialmente calculadas com base no PNB respectivo.

REDUÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO

Esta é, indiscutivelmente, uma questão-chave da política. Toca no fundo do problema da exploração capitalista. Aparece ligada, com grande oportunidade, à questão do desemprego e do ataque que lhe tem de ser feito. Relevam-se as experiências no terreno, nomeadamente em França e na Itália, e foi tema da chamada Convenção para o Pleno Emprego. Os deputados do PCP defenderam sempre essa redução com um acréscimo essencial: sem baixa de salário e sem perda de direitos.



“RENACIONALIZAÇÃO” DOS CUSTOS DA PAC

A CE propôs que as ajudas da PAC passassem a ser pagas (em 25%) pelos orçamentos nacionais. Portugal, repetidamente contribuinte líquido da PAC e com a mais pobre e atrasada agricultura da UE, teria ainda que suportar parte dos custos desta política. As orientações seriam decididas em Bruxelas, o seu co-financiamento passaria a ser feito pelo orçamento português. Sem que os deputados da AR pudessem dizer nada, alterar nada...

O PCP opôs-se a esta proposta, elabora pareceres que acabam por derrotá-la (até agora). Deputados do PS (entre os quais António Campos) apoiam este co-financiamento. Um deputado do PSD (Arlindo Cunha) apresenta uma proposta onde esta ideia se admite, o que passou a ser o único sinal político no P.E. para legitimar a “renacionalização” dos custos da PAC.

RENAULT

O caso da Renault ficou mais conhecido por causa de Vilvoorde, na Bélgica, quando a empresa protagonizou um exemplo escandaloso de deslocalização. Em Portugal, a Renault não teve comportamento diferente, em Setúbal e em Cacia, como os deputados do PCP o sublinharam. Mas foram os únicos. E se Vilvoorde ficou tão conhecido foi porque o governo belga não fez como o português e porque o comissário belga não aceitou a dinâmica transnacional como o fez o comissário português.

SALÁRIO ÚNICO

Questão actual e muito controversa a do salário único para todos os deputados do PE. Que não se confunde com a do estatuto único para os mesmos deputados, que pode e deve determinar, como actualmente acontece, um salário diferenciado e nivelado com o dos respectivos congéneres nos países de origem. Mas que foi adoptado recentemente pelo PE, com voto desfavorável dos deputados do PCP e que agora se encontra em fase de apreciação nos Estados-membros.

É entendimento dos deputados do PCP no Parlamento Europeu que os membros deste, porque eleitos nos respectivos países e porque com eles mantêm ou deverão manter vínculos muito particulares, deverão por isso e também para não se afastarem dos padrões de vida daqueles que os elegeram, auferir vencimentos iguais aos dos respectivos deputados nacionais.

SARDINHA

Opusemos-nos às reduções gerais de capturas propostas no POP IV e defendemos que a preservação dos recursos deveria ser garantida a nível nacional mediante a apresentação de planos de captura, próprios e discuti-

dos com o sector. Proposta aprovada e em execução, pelo menos até ao final deste ano.

Fizemos aprovar o estabelecimento de indemnizações compensatórias destinadas a pescadores e à indústria conserveira, que preservassem rendimentos prejudicados pela diminuição de capturas e por importações de países terceiros (por exemplo de Marrocos, após o acordo comercial com este país).

Falta o governo português negociar a respectiva implementação.

SERVIÇO PÚBLICO

O tema do serviço público atravessou todo o mandato. Juntamente com as privatizações, até porque de certo modo corresponde a privatizar, o ataque ao serviço público foi uma constante como o foi, pelo lado dos deputados do PCP, a sua defesa. O eufemismo de serviço de interesse geral, mitigando ou escamoteando uma mercantilização de toda a actividade social, foi denunciado e desmontado em várias oportunidades.

SOLIDARIEDADE

A solidariedade para com os povos em luta foi uma constante na actividade dos deputados do PCP. De entre muitos outros exemplos, destacamos a solidariedade para com o povo de Timor-Leste, com Angola, com o Saara Ocidental, com a Palestina, contra o bloqueio a Cuba, para com os trabalhadores sem terra no Brasil, e para com o povo do Estado de Chiapas.

SUÍNO

Um mês antes de estalar a crise em Portugal (que pode comprometer 50% da suinicultura, 30.000 explorações), e dos criadores de porcos se terem mobilizado – a suinicultura não é auto-suficiente, embora represente 40% da produção animal e 20% do produto agrícola bruto português –, os deputados do PCP fizeram aprovar no PE uma resolução para controlar os excessos de produção de grandes empresas europeias e para serem criadas ajudas especiais ao escoamento desta carne.

As importações de Espanha aumentam sem controle. O Governo só fiscaliza após intensa pressão dos criadores, embora continue a não apoiar financeiramente o sector, ao contrário do que fazem outros parceiros europeus.

A descida do preço do porco ao produtor (-30%) não fez baixar os preços no consumidor. Quem enriquece com esta crise são os intermediários e as grandes superfícies. Quem permanece quieto e surdo é o governo.

TÊXTIL

O têxtil tem estado sempre presente na intervenção dos deputados do PCP no PE. Durante o mandato

1994-1999, foi conseguido ganhar para um deputado do PCP o relatório sobre a competitividade do sector têxtil europeu. Possibilitou uma resolução do PE que defende o sector como fileira produtiva, as PME, as actividades de trabalho intensivo, as condições sociais em favor dos trabalhadores. E possibilitou também um grande trabalho de informação e actualização de informação sobre o sector em todo o País.

TIMOR

Os deputados do PCP continuaram a fazer eco e a apoiar uma luta que o povo timorense leva a cabo abnegadamente desde há 24 anos e que durante tanto tempo foi votada ao esquecimento. Esta legislatura, a par das importantes transformações que se começaram a registar no território, ficou marcada por importantes vitórias políticas. Destaque para a inclusão, pela primeira vez, por proposta dos deputados do PCP, de uma verba no orçamento comunitário destinada a apoiar organizações não governamentais que desenvolvam actividade em Timor-Leste. Uma decisão que constituiu, já há dois anos atrás, o reconhecimento implícito de uma especificidade do estatuto de Timor. Noutra plano, os deputados do PCP empenharam-se na apresentação e apoio de propostas de resolução que contribuíram para que o PE tivesse manifestado e mantido, desde a primeira hora, uma posição inequívoca em defesa do direito do povo timorense à auto-determinação e independência.



TRANSEUROPEIAS

O PCP propôs que o TGV ligasse o Porto a Vigo e à Corunha, por um lado, e Lisboa a Sevilha, através do Algarve, por outro lado, criando assim anéis ibéricos transversais na rede transeuropeia de transportes (RTE). Lamentavelmente, o governo português aceitou que o Conselho se ficasse pela ligação TGV entre Madrid/Lisboa/Porto, acordando bilateralmente com Espanha apenas a ligação entre o Porto e a Corunha.

UE/UEM/UM

As siglas ajudam. A UE (União Europeia) colocou a UEM (União Económica e Monetária) como prioridade e caminho único relegando para total secundarização a coesão económica e social e chegou a uma UM (União Monetária) que reflecte uma “Europa a duas (ou mais) velocidades”, pois é formada por 11 Estados-membros, tendo ficado quatro de fora.

ULTRAPERIFÉRICAS

Há já quase dez anos fomos pioneiros na defesa de um estatuto especial para estas regiões autónomas e para o seu reconhecimento no Tratado da União. Fomos autores de um relatório a partir do qual foi criado o POSEIMA.

Inscrito no Tratado o estatuto das regiões ultraperiféricas, há que lhe dar conteúdo e gerar condições para o desenvolvimento sustentado destas regiões.

Os partidos comunistas com regiões ultraperiféricas (PCP e Esquerda Unida, de Espanha) estabelecem orientações comuns para que o trabalho prossiga também no PE. Excepções permanentes de políticas e regras comuns (PAC, pescas, de concorrência, sobre ajudas públicas), política fiscal para diversificação económica e melhoria do poder de compra, oposição a paraísos para lavagem de dinheiros, preservação ambiental e utilização correcta dos solos, oposição à sua utilização como base de estratégias de dominação político militar, são bases de trabalho comum para o futuro.

URBAN

Aquando do seu lançamento gerou-se polémica pois as cidades com população inferior a 100.000 habitantes não eram consideradas. Vários concelhos reivindicaram, na altura, que o URBAN se aplicasse às cidades “médias”.

O PCP propôs e fez aprovar esta ideia em relatório político sobre o URBAN. Mais: o PCP propôs que no âmbito da discussão sobre a Agenda 2000 esta iniciativa comunitária não desaparecesse no próximo QCA. O PE acolheu esta proposta.

VINHO

Em 1994 o PCP opôs-se à redução da produção e à adição de açúcar ao vinho. Este “martelamento” foi aprovado pelo PP (Rosado Fernandes afirmaria na altura que “era necessário ser solidário com os países do Norte” que fabricam este produto), pelo PSD e PS.

No entanto, a proposta da Comissão foi rejeitada como defendeu o PCP.

Em 1999 a CE já propõe um aumento de produção de 1% (mais que insuficiente), mas continua a admitir “martelar” o vinho.

O PCP faz aprovar um aumento da produção de 3%,

apoios para a renovação da vinha, a proibição do uso de mostos importados, mas continua a rejeitar o “martelamento” e a denunciar que este produto seja apoiado com apenas 2,5% do orçamento embora represente 7% da produção agrícola.

WTO (ou OMC)

Foi durante este mandato que o GATT (acordo geral para o comércio e tarifas), que nascera no final da guerra como acordo para o comércio internacional enquanto as outras áreas se institucionalizavam, se transformou em Organização Mundial do Comércio (OMC, ou World Trade Organization – WTO), a última organização internacional que foi criada e que logo se tornou o expoente máximo do neoliberalismo, um emblema do “capitalismo selvagem”. Contra esta “agência” opõe-se, nos princípios e na temática, uma outra, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), com as suas convenções e recomendações no plano social.

XENOFOBIA (E RACISMO)

O PCP lamenta que o princípio de não-discriminação não esteja incorporado como princípio fundamental do direito comunitário, com efeitos imediatos, e que as medidas necessárias ao combate às discriminações tenham de ser aprovadas por unanimidade no Conselho de Ministros.



ZANDINGA

A manipulação das informações (perspectivas e previsões) estatísticas retira esta área do campo científico para o campo das adivinhações. Um quadro ou gráfico com as previsões e as suas “correções” mostraria como há uma regra que começa pelo optimismo que pretende convencer e acaba no realismo que a realidade impõe mas que, mesmo assim, se procura edulcorar com as previsões incuravelmente optimistas para os períodos seguintes.